

O PAPEL DA POLÍTICA E DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO EMPREENDEDORISMO: EVIDÊNCIA EMPÍRICA DE MOÇAMBIQUE

Renato Pereira

rpereira@autonoma.pt

Investigador Integrado, OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa (UAL, Portugal).
Professor Associado da UAL. Professor convidado do ISCTE-IUL. Doutorado em Ciências da
Gestão pela Université Paris Dauphine.

Redento Maia

Investigador de pós-doutoramento, OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa. Professor
Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (Angola).
Doutorado em Economia pela Universidade de Economia de Sófia (Bulgária).

Resumo

Este trabalho investiga a relação entre o ambiente político e institucional e o desenvolvimento do empreendedorismo em Moçambique. Com base numa revisão da literatura e com recurso a dados empíricos recolhidos em entrevistas a 10 pessoas que desempenham funções diferentes com impacto no cenário empresarial do país, os resultados apoiam a teoria existente e sugerem que este país africano ainda tem um longo caminho a percorrer na articulação entre a ação governamental e o desenvolvimento empresarial.

Palavras chave

Estado, Política, Empreendedorismo, Moçambique, África

Como citar este artigo

Pereira, R; Maia, R (2019). "O papel da política e do ambiente institucional no empreendedorismo: evidência empírica de Moçambique". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 10, N.º 1, Maio-Outubro 2019. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.10.1.7>

Artigo recebido em 17 de Outubro de 2018 e aceite para publicação em 4 de Fevereiro de 2019





O PAPEL DA POLÍTICA E DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO EMPREENDEDORISMO: EVIDÊNCIA EMPÍRICA DE MOÇAMBIQUE¹

**Renato Pereira
Redento Maia**

Introdução

O papel desempenhado pelo Estado, autoridades locais, governos, instituições e políticas públicas sobre o desenvolvimento do empreendedorismo tem sido investigado por estudiosos de diferentes áreas das ciências sociais.

No caso de África, compreender este tópico é de importância fundamental devido à relação testada entre empreendedorismo e crescimento económico no continente (por exemplo, Adusei, 2016) e o baixo nível de desenvolvimento económico em muitos países africanos.

Alguns dos elementos-chave que relacionam a ação do 'Estado' com o empreendedorismo são o ambiente institucional fornecido pelos governos, onde a burocracia desempenha um papel desastroso, mas também o custo inicial, a falta de transparência das taxas públicas, a inexistência de investimento em capital humano, a ausência de coordenação entre formuladores de políticas governamentais e os funcionários públicos que implementam políticas, e a suspeita/medo que os políticos sentem dos empresários, entre outros fatores.

O objetivo deste trabalho é explorar empiricamente as principais relações identificadas na literatura num dos países menos desenvolvidos de África, contribuindo assim para avançar o nosso conhecimento sobre empreendedorismo e o papel do Estado em Moçambique.

1. Empreendedorismo e política em África

1.1. Empreendedorismo, desenvolvimento económico e políticas públicas

Os governos de todo o mundo têm recorrido ao desenvolvimento do empreendedorismo como resposta a uma das questões económicas que mais desafios coloca a qualquer regime democrático: o desemprego (por exemplo, Mehari & Belay, 2017). Por causa disso, os economistas têm testado extensivamente a relação entre empreendedorismo e crescimento económico, o que constituiu uma base sólida para o aconselhamento de

¹ A tradução deste artigo foi financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia – no âmbito do projeto do OBSERVARE com a referência UID/CPO/04155/2019, e tem como objetivo a publicação no JANUS.NET. Texto traduzido por Carolina Peralta.



governos e formuladores de políticas sobre o que podem e devem fazer a esse respeito. Num artigo muito provocador, Shane (2009) aponta dois elementos muito importantes para o debate sobre o assunto:

- (i) os países com a maior percentagem de empresários entre a população são países pobres, não países ricos; e
- (ii) apenas uma pequena percentagem de todas as *startups*, as designadas 'gazelas', têm realmente um impacto significativo na criação de emprego e riqueza. Examinemos estas duas hipóteses já testadas. Uma evidência económica marcante é que quando o nível de educação das pessoas aumenta, e conseqüentemente os seus salários, o custo da oportunidade de deixar o mercado de trabalho aumenta e a motivação para correr o risco de começar um novo negócio diminui. Quando o desemprego sobe, muitas pessoas sentem-se pressionadas para iniciar um negócio porque não têm outra forma de ganhar a vida ou porque os governos lhes oferecem incentivos e benefícios nesse sentido. Este facto conduz a um aumento significativo da atividade empresarial no mercado, assente em empresários mal preparados com um pequeno potencial de criação de empregos lucrativos, e a um enorme desvio de recursos financeiros que poderiam ser utilizados para desenvolver empreendedorismo efetivo através de instrumentos apropriados, como fundos de capital de risco.

Mthanti & Ojah (2017) realizaram igualmente uma investigação económica interessante sobre empreendedorismo. A orientação empresarial é importante para o crescimento económico, não apenas para a atividade empresarial. Os governos devem, prioritariamente, atrair projetos orientados para o empreendedorismo e empresários orientados para o empreendedorismo. Os autores recordam a existência de investigação significativa que apoia as causas políticas e institucionais com vista à redução da pobreza em África, mas poucos estudos abordam o impacto real do empreendedorismo nesta questão.

Naudé (2013) já tinha referido que a política deve concentrar-se em encorajar a capacidade empreendedora em vez da atividade empreendedora. 'Melhorar a qualidade da capacidade empreendedora significa não só melhorar as competências e a educação dos empresários, o seu capital humano, mas também concentrar-se nas capacidades inovadoras dos empresários. O empreendedorismo inovador é o mais desejável para o crescimento. A política de inovação deve, portanto, ser um foco central da promoção do empreendedorismo nos países em desenvolvimento, assim como nas economias avançadas. Os empreendedores nos países em desenvolvimento tendem muito mais à inovação do que é frequentemente reconhecido na literatura ou pelos formuladores de políticas'.

Embora demore algum tempo até que as políticas de inovação e investimento de capital produzam impacto relevante no crescimento económico em África, a formação, a aquisição de competências, a partilha do conhecimento, a facilidade de acesso ao capital, o desenvolvimento de infraestruturas, especialmente a nível de telecomunicações, e outras que conduzam ao aumento de patentes, são fatores que ajudam a ultrapassar este desafio (Ojeaga, 2015).

A ligação entre o empreendedorismo inovador e o acesso à educação e gastos com formação também foi confirmada por Robson et al (2009). Surpreendentemente, esta



investigação revela que os projetos mais antigos são mais inovadores do que os mais recentes e os mercados mais consolidados também são mais propensos a promover a inovação do que os novos mercados, enfatizando a importância das variáveis institucionais para o empreendedorismo orientado para as oportunidades.

Schillo et al (2016) também confirmam a importância das variáveis institucionais para o empreendedorismo. Entre as quatro dimensões consideradas, a regulamentação pesa menos que as dimensões normativa, cognitiva e condutora.

Outra pesquisa econômica interessante (Islam, 2015) revelou que a atividade empreendedora e a dimensão do governo se correlacionam negativamente, o que parece ser um *proxy* interessante sobre a forma como muitos governos africanos entendem o empreendedorismo.

Juma et al (2017) resumiram o papel do governo (e órgãos públicos) no empreendedorismo: facilitar (ou bloquear) o desenvolvimento empresarial através de infraestruturas legais, desenvolvimento de capital humano e concessão de facilidades de financiamento.

Kiss et al (2012) apontam o difícil acesso ao capital, a regulamentação governamental inconsistente e a indisponibilidade de locais de negócios como questões em que o governo poderia contribuir positivamente em países como o Quênia ou o Gana. Em países pouco desenvolvidos com deficiências institucionais significativas, os empreendedores não contam com o apoio do governo para transpor os obstáculos ao negócio.

Ao analisar a governança pública e os efeitos relacionados com a economia, Asongu & Nwachukwu (2016) destacam três conceitos gerais:

- (i) político (voz e responsabilidade, e estabilidade política/ausência de violência),
- (ii) econômico (eficácia do governo e qualidade da regulamentação), e
- (iii) institucional (controlo da corrupção e estado de direito).

O modelo conceptual de promoção do desenvolvimento empreendedor em série de Amankwah-Amoah (2018) coloca o governo como um fator exógeno, com impacto a dois níveis:

- (i) política governamental (restrições regulamentares); e
- (ii) barreiras governamentais.

Baseando-se no estudo de caso do Gana, o autor refere que o período de 30 anos após a independência, alcançada em 1957, foi caracterizado por políticas ativas para suprimir o empreendedorismo, porque os empreendedores eram frequentemente considerados 'potenciais ameaças políticas'. Portanto, fomentou-se uma política de investimento estrangeiro representado por multinacionais ocidentais. Depois disso, houve uma mudança em direção a um ambiente regulamentar simpático para com as pequenas empresas e empresários autóctones, mas que não foi exatamente apoiado por uma ajuda governamental apropriada, recursos financeiros e condições regulamentares realmente favoráveis. Esta investigação refere o escasso apoio público ao desenvolvimento de capacidades de gestão e competências empreendedoras até ao início deste século. Consequentemente, as empresas locais não adquiriram confiança nem capacidades para atrair a atenção dos investidores. As instituições encaram os projetos de



empreendedorismo com suspeita, por terem 'proprietários estrangeiros' e empresários 'corruptos', 'fraudulentos' e 'trapaceiros'. A burocracia do setor público é uma questão adicional. Combinados, esses fatores reduzem as hipóteses de obter uma atividade empreendedora positiva. Sugere-se que o governo desenvolva políticas para destigmatizar o insucesso empresarial entre os empresários locais e promover as recuperações. A substanciação dos investimentos públicos em 'desenvolvimento de capital humano', 'boa governança' e 'desenvolvimento de infraestruturas para apoio à tecnologia e inovação' também são concedidas.

É importante frisar que o investimento estrangeiro não produzirá o resultado desejado em África se não aumentar o empreendedorismo autóctone (Mota & Moreira, 2017). Daí a importância de combinar políticas para atrair tanto os empreendedores externos como os internos e os empresários.

McDade & Spring (2005) fornecem comprovativos adicionais sobre a angústia dos governos africanos em relação ao desenvolvimento de negócios africanos, limitando as suas possibilidades de crescimento. 'Os líderes governamentais receavam que um setor privado forte, composto pelos seus próprios cidadãos, pudesse ameaçar os seus próprios poderes e privilégios'. Consequentemente, depois de todos estes anos, os africanos ainda detêm menos de um terço das grandes empresas industriais do continente. A nova geração de empresários africanos exige 'leis e regulamentações favoráveis aos negócios, políticas governamentais e programas', e procura dialogar com os formuladores de políticas, mas rejeita o 'clientelismo do governo'.

Baseando-se ainda nos dados do Gana, Hilson et al (2017), no âmbito do empreendedorismo de mineração artesanal e em pequena escala, identificaram três áreas-chave de preocupação das políticas públicas:

- (i) licenciamento;
- (ii) aparelho político; e
- (iii) financiamento.

Na mesma linha de pensamento, Amankwah-Amoah et al (2018a) postulam a importância crítica do governo para fins de adoção de tecnologia em África através da 'promoção da identificação nacional', do 'envolvimento da sociedade' e da 'melhoria das infraestruturas educativas'. A lacuna política foi identificada como sendo a deficiência crítica da região no apoio ao desenvolvimento tecnológico. É necessário fazer escolhas sobre as trajetórias de inovação a adotar, apoiadas por iniciativas dirigidas pelo Estado. Por outro lado, Amankwah-Amoah et al (2018b) destacam algumas restrições institucionais ao empreendedorismo assente na tecnologia. Embora recentemente a democracia se tenha tornado mais difundida em África, a intervenção severa do governo é banal, com excesso de emprego público e legado do socialismo em muitos países. Este facto provocou um retrocesso em termos de orientação empreendedora quando comparado com os últimos tempos do colonialismo e até mesmo antes disso. Os problemas clássicos de excesso de burocracia e da 'burocracia endémica' são aqui recordados. A falta ou mesmo total ausência de propriedade intelectual é outra fraqueza da maioria dos empresários africanos. O exemplo do desenvolvimento das energias renováveis é avançado como uma oportunidade para o desenvolvimento empresarial em África, dadas as enormes deficiências infraestruturais e as atuais ineficiências monopolistas.



As instituições têm um impacto significativo no comportamento das empresas e, por consequência, na competitividade das mesmas. Barasa et al (2017) referem o seu papel na incerteza ambiental e nos custos de transação, mas também na forma como as empresas se coordenam entre si. Outra sugestão significativa desta investigação é a descrição da qualidade institucional, que inclui: (i) o processo de nomeação, controlo e mudança governamental; (ii) a capacidade de gerar e manter políticas fortes; e (iii) a forma como se relacionam com cidadãos e empresas. Quando comparada a outras regiões do mundo, a África Subsaariana tem um desempenho pior na aplicação do estado de direito, na qualidade da regulamentação, no nível de corrupção e na eficácia do governo. Um bom funcionamento institucional é obrigatório para o empreendedorismo e a inovação.

Outra linha de pensamento, desenvolvida por Brixiova (2010) e Brixiová et al (2015), que reflete o trabalho do Banco Africano de Desenvolvimento, enfatiza a importância de abrir caminho para a criação de empresas, diminuindo os impostos e os custos de abertura das mesmas. Com base na constatação que esses países têm limitações orçamentais significativas, a seletividade e o sequenciamento de políticas são de extrema importância. Os subsídios para o arranque de projetos empresariais e o apoio a programas de formação de empreendedorismo são identificados como constituindo políticas importantes para estimular o empreendedorismo.

Em matéria de inovação, por exemplo, Cunningham (2015) identificou uma das principais deficiências dos países africanos, que é a transmissão de informações entre os que adotam políticas, geralmente os funcionários governamentais de topo, e os que devem implementá-las, principalmente os funcionários públicos. O apoio do setor público é considerado fraco com base na opinião individual de que os empreendedores que potencialmente beneficiam do apoio governamental são privilegiados quando comparados com a população em geral, porque são elegíveis para apoio com base num conjunto de competências superiores, incluindo o acesso prévio à educação.

No que concerne avaliar como as empresas podem ser informadas sobre o contexto regulatório onde se inserem, Geginat & Saltane (2016) referem que em África esse assunto é muito opaco. Na região Subsaariana, apenas 4 dos 46 países fornecem informações decentes e estáveis sobre as tabelas de taxas nas seguintes categorias:

- (i) abertura de empresas;
- (ii) licenças de construção;
- (iii) ligações elétricas; e
- (iv) registo de propriedade.

Uma das razões para essa fraqueza institucional em África relaciona-se com uma particularidade específica do seu legado histórico: antes do colonialismo, havia até 10.000 estados diferentes e grupos autónomos em África, o que deu origem à distância cultural, dispersão da comunidade e falta de um objetivo comum. Por outro lado, a recente integração internacional de muitos desses estados levou-os a desenvolver sistemas de controlo orçamental e fiscal de acordo com todos os requisitos internacionais de conformidade (George et al, 2016).

A literatura também refere alguns bons exemplos do impacto governamental positivo no desenvolvimento empresarial africano. O M-Pesa, um caso de investimento *ex ante* com



justificação *ex post*', disponível em vários países, constitui um exemplo paradigmático do bom empreendedorismo institucional (Kshetri, 2016).

1.2. Política e formulação de políticas em Moçambique

Moçambique é um dos países menos desenvolvidos do mundo (PMDs) e está muito mal posicionado nos principais indicadores internacionais de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano e em todos os relatórios sobre ambientes de investimento/condução de negócios.

'Este facto prende-se com o acesso precário ao financiamento, a ideia da prevalência da corrupção, a burocracia governamental ineficiente, infraestruturas inadequadas e o nível de educação dos trabalhadores', segundo Libombo & Dinis (2015). Como em muitos países africanos, a ação governamental relativa ao empreendedorismo tem sido orientada de forma a reduzir a exclusão económica e não para a capacitação. Provavelmente devido a isso, os empreendedores continuam a ser um grupo profissional com uma conotação negativa em termos de status social.

Neste tipo de contextos, os projetos empresariais 'tendem a responder ao aumento da burocracia fortalecendo o seu compromisso político com os burocratas e acentuando a sua influência política na formulação de políticas assente na burocracia' (Luo & Junkunc, 2008).

Em termos de regime político, Moçambique é, formalmente, uma democracia. Foi classificado como uma 'autocracia eleitoral' por Lührmann et al (2018) desde o fim da guerra civil a finais de 1992. O partido no poder desde 1975, a FRELIMO, é, pois, 'o partido'.

No que diz respeito ao empreendedorismo, o governo vem vindo a aumentar as referências à importância dessa variável para a formulação de políticas e para a vasta agenda económica. Algumas das medidas atuais do governo que visam impactar o potencial empreendedor são:

A prioridade máxima do segundo governo, de acordo com o plano quinquenal de 2015-2019, é 'desenvolver o capital humano e social'. Dentro dessa prioridade, o objetivo estratégico nº 1 é 'promover um sistema educativo inclusivo, eficaz e eficiente, que garanta a aquisição das capacidades necessárias em termos de competências, gestão e atitudes que respondam às necessidades do desenvolvimento humano'.

Dentro desse objetivo estratégico, a ação prioritária l) é 'estabelecer programas e sinergias com instituições de ensino superior, técnico, tecnológico, profissional e de investigação que contribuam para estimular a inovação e o empreendedorismo'.

A prioridade máxima do 3º governo, de acordo com o mesmo plano quinquenal de 2015-2019, é 'promover a criação de emprego e aumentar a produtividade e a competitividade'. Dentro dessa prioridade, o objetivo estratégico nº 1 é 'aumentar a produção e a produtividade em todos os setores da atividade económica, especialmente na agricultura'. Dentro desse objetivo estratégico, a ação prioritária i) é 'consolidar e expandir polos de investigação e disseminação de tecnologias e inovação para comunidades, e a ação prioritária n) é 'promover financiamento para projetos de inovação e investigação que abordem desafios de desenvolvimento socioeconómico'.



2. Estudo empírico

2.1. Amostras de dados e métodos de investigação

O objetivo deste estudo é investigar o impacto do governo no empreendedorismo em Moçambique, recorrendo à perspetiva de cinco atores diferentes, selecionados de acordo com sua relevância teórica para o assunto: (i) formulador de política governamental - 1 pessoa; (ii) funcionário público implementador de políticas - 1 pessoa; (iii) financiador - 1 pessoa; (iv) especialista - 1 pessoa; (v) empreendedor - 6 pessoas; foi concebido um estudo no terreno no país para esse fim.

A investigação é de natureza qualitativa. Esta amostra não tem relevância estatística sobre a população e não há conclusões inferenciais.

Os atores das categorias (i), (ii), (iii) e (iv) provêm da província da Cidade de Maputo, três homens e uma mulher. Os atores da categoria (v) são das seguintes províncias: Cidade de Maputo, Província de Maputo, Sofala, Tete, Niassa e Nampula, um por localidade, 4 homens, 2 mulheres.

Os entrevistados foram identificados através de dupla verificação individual e foram devidamente informados sobre os objetivos, o âmbito e o processo da investigação. Inicialmente, foram contactados por e-mail e, após confirmação da sua disponibilidade para a investigação, foram novamente contactados, desta vez através de chamada telefónica. Estabeleceram-se outros contatos por WhatsApp ou mensagens do Skype. Todos os participantes exigiram o anonimato, que foi assegurado mediante um contrato assinado de não divulgação designado 'Declaração de Conduta Ética sob Compromisso de Honra'.

Todas as entrevistas foram presenciais realizadas em língua portuguesa e gravadas em áudio no telemóvel do entrevistador. Realizaram-se na cidade de Maputo, entre os dias 17 e 23 de maio de 2018, no local escolhido por cada entrevistado, tanto no local de trabalho ou escritório profissional do entrevistado ou no quarto de hotel do entrevistador.

Recorreu-se à abordagem de questões abertas, embora um guião básico de 12 tópicos tenha sido usado para conduzir a discussão. Anotaram-se notas precisas e de memória de cada entrevista. A entrevista mais longa durou 3h17m e a mais curta, 48m. A duração média das entrevistas foi de 2h04m. Acordou-se que, em caso de dúvida, os entrevistados seriam posteriormente contactados para esclarecimentos pontuais.

Os dados foram então tratados usando a análise de conteúdo de entrevistas. Cada entrevista foi sujeita a repetidas audiências durante o dia 24 de maio de 2018, o primeiro dia após a conclusão da recolha de dados, para garantir que o significado correto de cada discussão fosse captado, e as seções principais foram transcritas. Dois entrevistados foram contactados novamente no dia 25 de maio de 2018, por chamada do *FaceTime*, para esclarecimentos diversos.

2.2. Análise de dados e resultados

Todas as entrevistas obedeceram ao seguinte encadeamento: o primeiro tópico discutido foi o próprio processo de formulação de políticas e como ocorre no país; de seguida, discutiu-se as restrições institucionais no processo de formulação de políticas, como a



burocracia e a facilidade de acesso ao capital; o terceiro tópico debruçou-se sobre a opinião geral sobre os empreendedores e as ameaças que sentiam à sua atividade.

(i) Entrevista com o formulador de políticas governamentais - 1 pessoa

A pessoa em causa tinha ocupado um cargo de topo no governo de Moçambique no passado.

O entrevistado descreveu a formulação de políticas como um exercício que faz sentido sujeito à iniciativa de alguém. Existem diferentes agendas que orientam esse processo, não necessariamente contraditórias. Na maioria dos assuntos, os distintos órgãos têm uma opinião convergente e a discussão incide mais sobre quem é o dono do processo e não quem é o dono da ideia.

A única exceção são as iniciativas canalizadas através de instituições internacionais ou da 'comunidade internacional'. Neste caso, é necessário que uma posição oficial ou orientação precisa seja inicialmente emitida pelo Presidente com o apoio formal do partido.

O empreendedorismo ou o desenvolvimento empresarial é um dos tópicos que tem sido objeto de recomendações constantes por parte das instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento.

O fenómeno parece não ser visto como uma ferramenta crítica para promover o desenvolvimento. O problema é que a maioria dos políticos separa claramente o 'empreendedor' do 'homem de negócios', sendo o primeiro o 'cidadão pobre' indiferenciado e o segundo 'a pessoa educada de classe média-alta' com possibilidades reais de prosperar. Muitos, se não a maioria desses indivíduos, têm influência (local) política baixa-média.

Sobre a burocracia e as preocupações gerais em fazer negócios, há uma forte influência por parte do partido de não dismantlar a estrutura administrativa das questões empresariais. Quando se lhe perguntou sobre as razões por trás disso, o nosso entrevistado respondeu que 'dada a faixa salarial pública, pode especular-se que muitos funcionários públicos de baixa condição ganham a vida com a burocracia'. O mesmo não se aplica às tabelas de taxas oficiais. 'Em Moçambique, você pode perder o seu emprego se fizer batota com isso. Todos conhecem as taxas e as tarifas de todos os serviços públicos'.

O acesso ao capital constitui um grande problema para o empreendedorismo no país. As taxas de juros têm estado elevadas demasiado tempo, mas o Banco Central está a fazer um bom trabalho. O sistema financeiro é eficiente e credível.

Os empreendedores são encarados como uma ameaça ao poder político? 'Não, mas ninguém está interessado em tornar a sua vida mais fácil neste país. Se você tiver sucesso, será controlado e partilhará os seus ganhos...'

(ii) Entrevista com o funcionário público implementador de políticas - 1 pessoa

Este entrevistado é membro do conselho de administração ou equivalente numa instituição pública com responsabilidades diretas nas pequenas empresas/empreendedorismo.



O processo de implementação de políticas foi revisto. Foi mencionado que na maioria dos casos não há transmissão formal de informações ou objetivos. A informação é recebida através da legislação publicada. Se surgirem perguntas significativas por parte de pessoas abaixo da hierarquia, são enviadas explicações formais ao gabinete do ministro em causa. Se ocorrerem erros de interpretação, geralmente deve-se a ignorância ou incapacidade. Não há tradição de, ou abertura para, desobediência ou boicote. Ainda menos para sabotagem. 'Em alguns departamentos públicos deste país, pode-se observar, às vezes, passividade ou indiferença. Já ouviu o ditado? O Estado finge que nos paga e fingimos trabalhar no duro...'

Empreendedorismo é um conceito de moda, um chavão. Ninguém acredita realmente nisso, mas todos continuam a mencionar as suas virtudes. O governo está disposto a mostrar algumas medidas para animar os pobres. Muitos estão apenas à procura de abrir a sua 'barraquinha' e a livrar-se de um emprego mal pago. Mas sem expectativas ou ambições significativas. Mas por que é que isso acontece? Porque as pessoas estão conscientes do seu 'despreparo' (falta de competências), nada mais.

Sobre a burocracia, a ideia é que não há nada que alguém possa fazer a esse respeito. Ao mesmo tempo, para a maioria das pessoas, não constitui uma barreira real. É apenas um desafio que requer tempo, um tipo de teste de seleção natural. A exceção? Estrangeiros. Nesse caso, a burocracia poderá ser usada para desencorajar alguns estrangeiros indesejados a ganhar dinheiro em Moçambique ou para mantê-los em situação ilegal/ informal. Em casos extremos, os pedidos submetidos simplesmente desaparecem, tantas vezes quantos são feitos, e nunca há fim do processo para certos pedidos.

Quanto às tabelas de taxas, se não estiverem claras, é porque não foram definidas e/ou aprovadas. O funcionário público comum não brinca com esse tipo de coisa. É muito perigoso e as pessoas já perderam o emprego por causa disso.

Em termos de facilidades de financiamento, são muito caras e de difícil acesso, dadas as exigências e a baixa credibilidade das contas da maioria das empresas. O governo poderia fazer mais a esse respeito se reduzisse as taxas de juros para os programas empresariais.

O empreendedorismo não é algo que os políticos querem evitar. É simplesmente algo considerado neutro para as suas agendas. Portanto, realmente não se comprometem com isso, a menos que alguns discirnam nisso algum tipo de interesse real.

(iii) Entrevista com o financiador – 1 pessoa

A pessoa entrevistada neste grupo era um executivo de topo de uma instituição financeira líder responsável pelo financiamento de decisões relativas a projetos empresariais.

A discussão começou com a forma como a formulação de políticas é feita no país, especialmente no que se refere ao empreendedorismo. Na perspetiva dessa pessoa, a formulação de políticas em Moçambique 'não é melhor nem pior do que em qualquer outro país africano em que trabalhei antes'. De um ponto de vista puramente formal, o processo de aprovação de contas parece ser comparável aos dos países europeus. É difícil entender como algumas questões atingem o topo da agenda política e outras não. As instituições internacionais desempenham um papel significativo neste país,



especialmente em temas como o alívio da pobreza, o combate ao VIH, etc. O empreendedorismo é identificado como parte dos objetivos no combate à pobreza.

Os funcionários públicos têm um nível de educação e de competências muito baixo. Não parecem capazes de simplesmente entender as leis e regulamentos. Consequentemente, são basicamente incapazes de pôr as coisas a andar. Na maioria dos casos, os programas só serão ativados depois de o próprio Ministro o mediatizar ou se envolver numa visita no local.

A burocracia é sobre defender os 'pequenos poderes'. Eventualmente, há sempre uma maneira de resolver essas restrições. Por exemplo, para as instituições financeiras, a burocracia é 'um mal necessário' porque a integridade da informação e os registos em papel simplesmente não são de confiar neste país.

Os governos em África não gostam do empreendedorismo mais do que qualquer outra coisa que eles não controlam totalmente. O empreendedorismo impulsionado por oportunidades é quase inexistente em Moçambique porque não existe uma base de inovação/conhecimento no país. Até a incubação não tem significado real. É uma pena a ausência de programas científicos e tecnológicos reais de iniciativas internacionais ou nacionais. O último concurso nacional neste domínio foi, na verdade, para financiar universidades públicas, não para fomentar a inovação...

Sobre as condições de financiamento para o empreendedorismo, são muito complicadas e a maioria dos empresários não consegue obter nenhuma quantidade relevante de capital. A maioria das empresas não possui sistemas de controlo e as suas contas são 'uma completa ficção'. A inexistência de fundos de capital de risco revela um vazio de oportunidades de investimento.

Por fim, as tabelas de taxas são um não-assunto.

(iv) Entrevista com o especialista – 1 pessoa

O especialista identificado é um indivíduo muito experiente e com um nível de educação muito elevado, que trabalha como consultor empresarial e governamental e como professor universitário privado.

A formulação de políticas é um processo complicado. Envolve demasiadas pessoas: o partido, o conselho de ministros, diferentes gabinetes governamentais, o presidente, uma quantidade enorme de consultores e assessores e representantes parlamentares, apenas para mencionar os mais importantes. O mais importante aqui? Não é um processo eficaz e as decisões importantes são tomadas no último minuto, geralmente sob uma significativa pressão internacional.

A cadeia de comando também funciona muito mal. Primeiro, porque os próprios ministros nem sempre sabem exatamente os detalhes dos os 'seus' projetos de lei e, segundo, porque muitos dos funcionários públicos que se lhes reportam, altamente posicionados, não têm as qualificações e competências suficientes para implementar programas sólidos. Além disso, muitos deles não estão totalmente empoderados relativamente aos seus subordinados que foram nomeados por um alto funcionário.

A burocracia é impossível de erradicar neste país. Para muitas pessoas, o salário é uma pequena percentagem do que fazem com o suborno relacionado com burocracia. Alguns



deles não realizam nenhuma das tarefas descritas na descrição de funções, e recorrem a isso como uma forma de ganhar dinheiro ilegal.

O governo não tem uma estratégia real para o empreendedorismo. Não é um assunto assim tão relevante. Nem mesmo a incubação, uma das coisas mais fáceis de fazer, tem expressão. Talvez na altura em que alguns projetos empresariais à séria começarem a ter sucesso, não apenas as 'barraquinhas', o governo passará a considerar o empreendedorismo como algo sério. Outro pensamento importante sobre este tema é o papel desempenhado pela juventude do partido. Eles desvalorizam o empreendedorismo e apenas procuram oportunidades políticas. Se ao menos mudassem a sua mentalidade em direção aos negócios de risco...

O acesso ao capital constitui uma grande preocupação. Os projetos são muito pequenos e não têm poder de negociação sobre os bancos. Os *business angels* não têm expressão devido a problemas de confiança. O microcrédito funciona bem para os microempreendedores.

Quanto às tabelas de taxas, além de exceções muito limitadas, não há motivo para preocupação. No entanto, nos departamentos públicos locais/regionais, pode-se esperar alguma aldrabice. Por outro lado, os serviços públicos responsáveis por transações financeiras significativas foram sujeitos a medidas inovadoras: depósito bancário antes da conclusão da transação e, mais recentemente, o uso de máquinas automáticas de pagamento.

(v) Entrevistas com os empresários – 6 pessoas

Como referido anteriormente, os atores desta categoria provêm das seguintes províncias: Cidade de Maputo, Província de Maputo, Sofala, Tete, Niassa e Nampula, uma pessoa por localidade, 4 homens, 2 mulheres, com habilitações literárias médias, a trabalhar nas seguintes atividades económicas: agricultura, comércio de alimentos, hotelaria, restauração, serviços comerciais e panificação. Obviamente, o objetivo era ter uma representação nacional de experiências empreendedoras para avaliar também a sensibilidade do contexto.

Sobre a elaboração de políticas, nenhum dos empresários expressou fortes sentimentos sobre esse assunto. Os dois da cidade de Maputo e da província de Maputo pareciam seguir a política mais de perto do que os outros. Os quatro empresários das regiões centro e norte referiram que a formulação de políticas não teve relevância significativa nas suas atividades empresariais, embora todos reconheçam que o governo é um ator fundamental para o desenvolvimento económico do país.

Sobre os órgãos públicos responsáveis pelo apoio ao empreendedorismo, todos os seis empresários não hesitaram em classificá-los como 'quase inúteis' ou simplesmente 'secretárias burocráticas'. Como não identificam uma política empresarial clara, lutam para avaliar a direção que segue. Nenhum deles tinha investigado qualquer programa existente. O passa palavra parece ser a ferramenta mais eficaz para obter informação sobre os apoios públicos. Os funcionários públicos que trabalham nesses órgãos são igualmente vistos como 'funcionários', que não acrescentam qualquer valor específico. Um dos exemplos dados foi a candidatura a uma incubadora pública na região de Maputo. A candidatura não pôde ser concluída porque faltavam documentos. Mas nenhum acompanhamento ou qualquer tipo de ajuda foram disponibilizados. Para os quatro



empresários do Centro e do Norte, não havia quaisquer mecanismos de incubação pública disponíveis na fase inicial.

A burocracia é a questão-chave para todos os seis empresários, especialmente para os quatro do centro e norte do país. Começa com o registo da empresa e continua incessantemente a cada interação administrativa. 'É lenta e cara e não aporta nenhum valor. Os funcionários estão sempre à caça de subornos e mesmo assim as coisas não são feitas no tempo devido'.

As limitações de capital são uma preocupação para todos os seis empresários. As taxas de juros tornam impossível solicitar empréstimos. O microcrédito é a única opção viável, mas os valores são demasiado pequenos para desenvolver o negócio num prazo razoável. Para esses entrevistados, *private equity*, capital de risco e *business angels* aparentam ser conceitos estranhos.

O governo não teme o empreendedorismo. Simplesmente não se importa com isso. Empreendedorismo em Moçambique significa economia informal, 'barraquinhas' e alívio da pobreza. Qualquer coisa que não seja isso é puro negócio, não empreendedorismo.

Conclusão

Esta investigação apoia os pressupostos teóricos básicos descritos na revisão da literatura.

Por exemplo, a hipótese de Juma et al (2017) que o papel positivo do governo no empreendedorismo ocorre por meio da facilitação da infraestrutura legal e da prestação de facilidades de financiamento foi mencionado por todos os entrevistados.

As ideias de Shane (2009) e Mthanti & Ojah (2017) sobre a importância do empreendedorismo e da orientação empreendedora também são confirmadas por essas entrevistas, de forma explícita e implícita.

As conclusões de Naudé (2013) sobre as políticas centradas na atração de capacidades empreendedoras, ao invés de atividades empreendedoras são igualmente confirmadas nesta investigação.

A referência de Schillo et al (2016) à importância das variáveis institucionais para o empreendedorismo é feita por todos os entrevistados, mas, curiosamente, devido à ausência de uma política clara, os empreendedores não conseguem discerni-la.

As referências de Kiss et al (2012) à dificuldade de acesso ao capital, regulamentação governamental inconsistente e indisponibilidade de locais de negócios também são explicitamente referidas por todos os entrevistados.

A evidência de Amankwah-Amoah (2018) que os empresários são 'potenciais ameaças políticas' no Gana não se confirma em Moçambique. Poderá especular-se que o baixo nível de sofisticação empresarial explica essa percepção.

A sugestão de Mota & Moreira (2017) sobre a importância dos governos que atraem empreendedores externos e internos não é apoiada por este estudo. Em Moçambique, de acordo com uma das entrevistas, os estrangeiros não são especialmente bem-vindos. Naturalmente, esse facto pode representar um problema para o desenvolvimento empresarial, mas são necessárias mais provas que sustentem conclusões conclusivas.



As conclusões de McDade e Spring (2005) sobre a nova geração de empreendedores africanos que exigem 'leis e regulamentos favoráveis aos negócios, políticas governamentais e programas' e governos que dialogam também não são apoiadas por este estudo. Mais uma vez, a falta de uma verdadeira base empreendedora orientada para a oportunidade pode explicar esse tipo de resposta.

Por fim, devemos enfatizar o caráter limitado desta investigação com base em 10 entrevistas. Qualquer investigação futura deverá ampliar o contexto da análise bibliográfica e aumentar o número de entrevistados e a sua representação territorial, incluindo empreendedorismo rural versus urbano e empreendedorismo masculino versus feminino.

Referências bibliográficas

- Adusei, M. (2016). «Does Entrepreneurship Promote Economic Growth in Africa?». *African Development Review*. 28 (2): 201-214.
- Amankwah-Amoah, J. (2018). «Revitalising Serial Entrepreneurship in Sub-Saharan Africa: Insights From a Newly Emerging Economy». *Technology Analysis & Strategic Management*. 30 (5), 499-511.
- Amankwah-Amoah, J. & Osabutory, E.L.C. & Egbetokun, A. (2018a). «Contemporary Challenges and Opportunities of Doing Business in Africa». *Technological Forecasting & Social Change*. 131 (3), 171-174.
- Amankwah-Amoah, J. & Egbetokun, A. & Osabutory, E.L.C. (2018b). «Meeting the 21st Century Challenges of Doing Business in Africa». *Technological Forecasting & Social Change*. 131 (3), 336-338.
- Asongu, S. & Nwachukwu, J. & Orim, S-M.I. (2018). «Mobile Phones, Institutional Quality, and Entrepreneurship in Sub-Saharan Africa». *Technological Forecasting & Social Change*. 131 (3), 183-203.
- Barasa, L. & Knoblen, J. & Vermeulen, P. & Kimuyu, P. & Kinyanjui, B. (2017). «Institutions, Resources, and Innovation in East Africa: A Firm Level Approach». *Research Policy*. 46 (3), 280-291.
- Braxiova, Z. (2010). «Unlocking Productive Entrepreneurship in Africa's Least Developed Countries». *African Development Review*. 22 (3): 440-451.
- Braxiová, Z. & Ncube, M. & Bicaba, Z. (2015). «Skills and Youth Entrepreneurship in Africa: Analysis with Evidence from Swaziland». *World Development*. 67 (1): 11-26.
- Cunningham, P. (2015). *Insights into Open Innovation and ICT Entrepreneurship in Africa*. Proceedings of the 2015 IEEE International Symposium on Technology in Society (ISTAS).
- Hilson, G. & Hilson, A. & Maconachie, R. (2018). «Opportunity or Necessity? Conceptualizing Entrepreneurship at African Small-Scale Mines». *Technological Forecasting & Social Change*. 131 (6): 286-302.
- Islam, A. (2015). «Entrepreneurship and the Allocation of Government Spending Under Imperfect Markets». *World Development*. 70 (1): 108-121.



Juma, N.A., & James, C.D. & Kwesiga, E. (2017). Sustainable Entrepreneurship in Sub-Saharan Africa: the Collaborative Multi-System Model, *Journal of Small Business and Entrepreneurship*, 29 (3): 211-235.

Kiss, A.N. & Danis, W.M. & Cavusgil, S.T. (2012). «International Entrepreneurship Research in Emerging Economies: A Critical Review and Research Agenda». *Journal of Business Venturing*, 27 (2): 266-290.

Kshetri, N. (2016). «Creation, deployment, diffusion, and export of Sub-Saharan Africa-originated information technology-related innovations». *International Journal of Information Management*, 36 (12): 1274-1287.

Libombo, D.B. & Dinis, A. (2015). «Entrepreneurship Education in the Context of Developing Countries: Study of the Status and the Main Barriers in Mozambican Higher Education Institutions». *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 20 (3); 1-26.

Lührmann, A. & Tannenber, M. & Lindberg, S.I. (2018). «Regimes of the World (RoW): Opening New Avenues for the Comparative Study of Political Regimes». *Politics and Governance*, 6 (1): 60-77.

Luo, Y. & Junkunc, M. (2008). «How Private Enterprises Respond to Government Bureaucracy in Emerging Economies: The Effects of Entrepreneurial Type and Governance». *Strategic Entrepreneurship Journal*, 2 (2): 133-153.

McDade, B.E. & Spring, A. (2005). «The 'New Generation of African Entrepreneurs': Networking to Change the Climate for Business and Private Sector-Led Development». *Entrepreneurship & Regional Development*, 17 (1): 17-42.

Mehari, A.T. & Belay, C.F. (2017). Challenges and Prospects of Entrepreneurship Development and Job Creation for Youth Unemployed: Evidence from Addis Ababa and Dire Dawa City Administrations, Ethiopia. *Journal of Innovation and Entrepreneurship*, 6(11): 1-22.

Mota, J.H.F. & Moreira, A.C. (2017). «Determinants of the Capital Structure of Portuguese Firms with Investments in Angola». *South African Journal of Economic and Management Sciences*, 20 (1): 1-11.

Mthanti, T. & Ojah, K. (2017). «Entrepreneurial Orientation (EO), Measurement and Policy Implications of Entrepreneurship at the Macroeconomic Level». *Research Policy*, 46 (4): 724-739.

Naudé, W. (2013). *Entrepreneurship and Economic Development: Theory, Evidence, and Policy*. Discussion Paper No. 7507, Institute for the Study of Labor, Bonn, Germany.

Ojeaga, P. I. (2015). «Can Africa's Young Drive Innovation? Investigating the Effect of Entrepreneurial Innovation on Economic Growth in Africa». *Journal of Applied Quantitative Methods*, 10 (4): 15-26.

Robson, P.J.A. & Haugh, H.M. & Obeng, B.A. (2009). «Entrepreneurship and Innovation in Ghana: Enterprising Africa». *Small Business Economics*, 32 (3): 331-350.

Schillo, R.S. & Persaud, A. & Jin, M. (2016). «Entrepreneurial Readiness in the Context of National Systems of Entrepreneurship». *Small Business Economics*. 46 (5): 619-637.

Shane, S. (2009). «Why Encouraging More People to Become Entrepreneurs is Bad Public Policy». *Small Business Economics*. 33 (2): 141-149.